



## Convidado

Paulo Amorim

# A morte anunciada do vinho em Portugal

**O** Senhor Ministro da Agricultura anunciou em Novembro a abertura de um período de reflexão e debate público sobre o sector do vinho.

No meu ponto de vista este é claramente o sector mais competitivo da agricultura portuguesa e deveria ter sido ouvido mais cedo por este Governo.

Sobretudo porque o Governo, à revelia do sector e sem ter tido o cuidado de o auscultar, criou uma agência de fiscalização (ASAE), cujo estatuto legal entrará em vigor no início de Janeiro, na dependência do Ministério da Economia, que na prática retira competências fundamentais às Comissões Vitivinícolas Regionais, colocando em risco a sua sobrevivência.

trabalho de muitos anos seja agora “zerado” pelo Governo.

Nesta época de recessão não resta a Portugal outra via do que produzir mais e melhor, com mais valor acrescentado e sobretudo exportar cada vez mais, se possível com marcas nacionais.

É isso o que o vinho tem feito, com sucesso.

Incorpora mão de obra e matéria-prima (vinho, cortiça, papel, vidro) nacionais e leva longe o nome de Portugal, pois vende-se em muitíssimos mais países do que aqueles onde dispomos de Embaixadas.

Nos últimos dez anos, percebendo que só poderia sobreviver evoluindo, que só poderia crescer mudando, que só poderia triunfar no mundo competitivo de hoje apostando na qualidade e na inovação, soube modernizar-se; agrupar-se em associações de diversa índole; lan-

çou para o mercado produtos cada vez melhores e cada vez melhor apresentados; investiu fortemente nas instalações enológicas e produtivas; sensibilizou largos e influentes sectores de opinião para a cultura do vinho, que adquiriu um estatuto cultural e sofisticado; criou ou solidificou sinergias com a gastronomia, as rotas de turismo cultural e as artes em geral.

As exportações têm aumentado nos mercados estratégicos, ao contrário do que acontece com outros sectores de actividade, que não só não dispõem de marcas nacionais como têm visto as suas exportações regredirem de forma dramática.

Ora uma das instituições fundamentais no sucesso da promoção internacional dos vinhos portugueses tem sido a Viniportugal (financiada pelo sector e com uma ligeiríssima e ágil estrutura operacional, ao contrário dos Ministérios e Direcções-Gerais deste País) e a recente criação da agência governamental de certificação coloca também em risco a sobrevivência desta Instituição.

Ou seja, o Governo defende por um lado que o sector do vinho é estratégico para a nossa economia mas por outro lado aplica-lhe alcavalas cada vez mais pesadas (o IVA passou

recentemente de 5% para 12%), financia organismos públicos (como o IVV) à custa das elevadas taxas de promoção, cria tensões desnecessárias através do anúncio de medidas intempestivas e desadaptadas da realidade e tenta transferir competências e património do Ministério da Agricultura (tutela tradicional e histórica do vinho) para o Ministério da Economia.

O Governo não pode esquecer-se no entanto de um dado essencial – é que se arrisca a liquidar de vez com o sector, deixando de ter a quem cobrar impostos...



**Nesta época de recessão não resta a Portugal outra via do que produzir mais e melhor, com mais valor acrescentado e sobretudo exportar cada vez mais, se possível com marcas nacionais.**

A criação desta agência retira igualmente competências ao Instituto da Vinha e do Vinho, uma instituição cujo orçamento anual é suportado quase exclusivamente pelas taxas cobradas ao sector do vinho e potencia a transferência do seu vasto património imobiliário, adquirido ao longo de décadas graças ao esforço e suor de milhares de vitivinicultores, para o Ministério da Economia.

Existe uma estranha e lamentável tendência de cada Governo que toma posse para refundar a Nação e reinventar o que já existe. Num País pobre e pequeno como o nosso, tal tendência zigzagueante é suicida, pois desbarata tempo e recursos financeiros, em ambos os casos bens escassos, em vez de apostar em estratégias consistentes e continuadas, de cariz patriótico e independentes de cores e matizes partidárias.

No caso do vinho, a fileira tem produzido documentos estratégicos (entre outros, os Estudos Porter I e II e a Lei Quadro nº 212/2004, nunca regulamentada pelo Governo) que mostram claramente para onde deseja caminhar e não compreende nem aceita que todos esse